

OS NEGROS BOÇAIS NA SÁTIRA ATRIBUÍDA A GREGÓRIO DE MATOS E GUERRA

Marcello Moreira
(Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

RESUMO

Demonstra-se, por meio da análise de poema atribuído a Gregório de Matos e Guerra, como a palavra peregrina, cuja doutrina remonta à *Retórica* de Aristóteles, conquanto pros-crita de escritos que primavam pela vernaculidade, nos séculos XVI, XVII e XVIII, é empregada engenhosamente na cidade da Bahia para produzir a figuração de *éthe* de tipo baixo, que evidenciam o seu tipo de caráter pela *lexis* faltosa que lhes é própria. No poema que analisamos, palavras de origem tupi ou banta se misturam aos vocábulos portugueses, produzindo mistos monstruosos que se caracterizam por sua baixa *perspicuitas* ou inteligibilidade. Devido ao comprometimento da *perspicuitas* pelo acúmulo de palavras peregrinas, sobressai a *phoné* frente ao *logos*, efeito de ru-morejo que é elocutivamente visado pelo poeta.

PALAVRAS-CHAVE: Gregório de Matos e Guerra - sátira - retórica epidítica - *lexis* - palavra peregrina.

Apresentação: doutrina sobre o barbarismo nos séculos XVI, XVII e XVIII

Propõe-se aqui empreender um estudo do barbarismo sintático, lexical e fonológico em um dos poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, no qual se satiriza uma negra boçal do grupo Congo-Angola, em que se a figura por meio de procedimento mimético em que avulta uma *lexis* paradoxal, pois o conjunto de *sententiae* que forma a prolação da negra nada significa, e a persona satírica diverte-

se o tempo todo com o emprego de palavras peregrinas fundado na oposição *phone* versus *logos* para produzir o risível do tipo figurado. Cabe dizer ainda, neste parágrafo que serve de apresentação da proposta, que este estudo faz parte de uma pesquisa mais abrangente, que tem o objetivo de compreender os empregos inventivo, dispositivo e elocutivo do barbarismo, em diferentes gêneros letrados, tais como as cartas de José de Anchieta (1799), a *História da Província Santa Cruz* (1576), de Pero de Magalhães de Gândavo, o também seu *Tratado da Terra do Brasil* (1601), a sátira atribuída a Gregório de Matos e Guerra, *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama, e *Caramuru* (1781), de José de Santa Rita Durão.

O estudo dos usos letrados dos barbarismos sintáticos e fonológicos e da palavra peregrina, nos séculos XVI, XVII e XVIII, na América portuguesa, implica pensar a interação de uma tradição doutrinal transmitida plurissecularmente, que remonta a gregos e latinos¹, e suas apropriações quinhentistas, seiscentistas e setecentistas - em situações de comunicação distintas daquelas com que se depararam os preceptistas antigos -, que produzem inflexões nas várias modelizações que chegaram aos Quinhentos, Seiscentos e Setecentos.

As doutrinas gregas e latinas sobre a palavra peregrina prescreviam, a par de um emprego escorreito dos vocábulos, ajuizados próprios à vernaculidade, um outro, que Sylvain Auroux denomina “emprego pragmático” (AUROUX, 1992, p. 16), em que estão implicadas, segundo nosso juízo, distinções éticas, afetivas e até mesmo noéticas, concernentes à representação, nos textos poéticos, de caracteres cuja *lexis* deveria ser figurada como bárbara, e, portanto, de uma vernaculidade apropriadamente faltosa. Sylvain Auroux, ao exemplificar as prescrições desse “emprego pragmático” dos vocábulos, sem se ater, no entanto, às línguas clássicas europeias, diz que os

mais tzeltal desenvolveram uma terminologia metalinguística que nunca chegou à constituição de regras de construção do enunciado. Se classificarmos as palavras do discurso em palavras que são utilizadas à noite, palavras que foram pronunciadas o ano passado etc., classificação da do tipo dos maias, poderemos dar prescrições de emprego pragmático, e não regras de correção morfológica (AUROUX, 1992, p. 16).

No entanto, a pragmática de que fala Sylvain Auroux delimita os campos de pertinência de usos lexicais, que, conquanto não impliquem a possibilidade de determinar a correção morfológica das pala-

vras, especificam a correção da situação de elocução de determinados vocábulos. Regras de correção, por conseguinte, tão importantes quanto aquelas de tipo sintático ou morfológico e que constituem as condições de comunicação quando ocorre a fala em uma dada língua. Um outro exemplo de “emprego pragmático” apresentado por Sylvain Auroux concerne à classificação vocabular tâmul; a quarta classe de palavras da língua tâmul, *uric col* (“palavra própria”), “reagrupa as palavras arcaicas, próprias à poesia, e em todo o texto de *tolkkâppiyam*, como nos comentários, ela não dá lugar a nenhuma regra, somente a listagens” (AUROUX, 1992, p. 16). Novamente, a listagem, ao agrupar apenas as palavras “arcaicas”, próprias da poesia, fixa não apenas um critério pragmático de uso de determinados vocábulos, mas, ao mesmo tempo, a vernaculidade das condições de uso, e, por conseguinte, a correção ou não do uso. Se uma lista se define pelo arcaísmo dos termos que nela estão contidos, e se seu caráter é ao mesmo tempo poético, essas duas rubricas, “antiguidade” e “poeticidade”, ordenam a produção da listagem e esse saber que a ordena é de caráter necessariamente metalinguístico, pois reflete sobre a ancianidade de determinados vocábulos, sobre seu caráter parcialmente dessueto, o que implica uma visada histórica sobre a própria língua.

Pode-se asseverar, por conseguinte, que, contrariamente à asserção de Sylvain Auroux, os empregos pragmáticos são ao mesmo tempo prescrições que determinam normativamente a correção de uso em situações de interação entre falantes e também o uso de palavras em discursos particulares segundo o decoro de cada um, não havendo uma mútua exclusão entre “emprego pragmático” e “correção”. Pensemos, por exemplo, no caso da poesia de língua portuguesa, na épica quinhentista e seiscentista, em que a *copia verborum* própria do gênero se baseia no uso regular de *verba peregrina* latinos e gregos (BUESCU, 1978), vernaculizados, atendendo a uma antiga prescrição concernente ao enriquecimento dos vernáculos neolatinos por meio de empréstimos lexicais, especificamente de latinismos e grecismos a serem empregados, sobretudo, em gêneros caracterizados por sua grandiloquência, como o poema heroico (TASSO, 1964) e a tragédia (MESNARDIÈRE, 1639).

Em oposição a essa postura de produção de uma cópia linguística pelo recurso ao latim e ao grego, havia aquela correlata de vituperação das línguas das regiões integradas ao Império por dominação militar

e comercial, cujos vocábulos, no entanto, penetravam perigosamente no português. Para Fernão de Oliveira, assim como para os outros gramáticos quinhentistas portugueses – atendo-nos, por ora, somente a eles –, a língua, quando ilustrada pelos homens que se valem dela, é condição de produção de uma memória duradoura dos povos que a falam, como foi o caso de Roma, pois por meio dela se louvam os feitos grandiosos, inscreve-se a boa doutrina para a conduta humana e estende-se o Império pelo seu ensino ou imposição. Fernão de Oliveira, referindo a amplitude do uso do latim ao tempo do Império Romano, afirma que, caso Portugal deseje ser também um império, é preciso que ensine a Guiné (OLIVEIRA, 1536, p. 4r).

A correlação da expansão imperial e linguística é mais uma vez referida em interessante passagem na qual se afirma gostarem as gentes da África, da Índia e do Brasil somente daqueles portugueses que, lá nascidos, acabam por falar as línguas locais em detrimento do português, ou seja, integram a si os portugueses que por nascimento e assimilação cultural e linguística deixaram de ser forâneos. Essa integração é criticada por Fernão de Oliveira como costumeira no âmbito do Império Português, a ponto de, no século XVIII, o Marquês de Pombal ter de promulgar lei para impedir o uso da língua geral no Estado do Brasil, pois em muitas províncias, como era o caso de São Vicente, falava-se, sobretudo, língua de índios (MONTEIRO, 1999):

Et com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua et gente et ficara com mayor eternidade a memoria delle: et nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes et sempre seremos dellas louvados et amados porque a semelhança e causa do amor et mays em as linguas. E o contrayro vemos em Africa, Guine, Brasil et India não amarem muyto os Portugueses que antrelles naçem so polla diferença da lingua: et os de la naçidos querem bem aos seus portugueses et chamanlhes seus porque falão assim como eles (OLIVEIRA, 1536, p. 5v).

Pero de Magalhães de Gândavo, em consonância com Fernão de Oliveira, afirma que a ortografia da língua portuguesa deveria considerar sempre a etimologia das palavras e, quanto mais chegadas às palavras latinas fossem as portuguesas, tanto melhor, devendo-se sempre que possível enriquecer o português por meio do recurso à cópia latina:

porque quãto mais chegarmos ao latim estes & outros vocabulos Latinos, que corruptamente vsamos guardando lhes fielmente sua orthographia, tato sera nossa lingua mais polida, & ficarà nesta parte mais singular & appurada que as outras (GÂNDAVO, 1590, p. 8).

Em Pero de Magalhães de Gândavo, a latinização do português é condição de sua crescente autoridade como língua imperial, sobrepondo-se inclusive à língua castelhana por ser mais chegada ao latim do que esta: “Ora naquelles (vocábulos) em que seguimos o latim, não há que reprehender, pois claramente vê que quanto mais a elle nos chegarmos, tanto melhor parecem & mais authorizada fica nossa linguagem” (GÂNDAVO, 1574, s/n°).

Em uma língua que se legitima na medida em que, como língua de cultura, se aproxima mais e mais do latim não apenas pela importação maciça de palavras, mas também pela crescente presença de “barbarismos” sintagmáticos, poeticamente compreendidos como licenças, como a anástrofe, o hipérbato e a *mixtura verborum*, estruturas próprias de línguas desinenciais, os vocábulos indígenas e africanos só poderiam se apresentar aos letrados dos séculos XVI, XVII e XVIII como próprios para a produção de vitupérios contra os que se entregavam à fala das línguas selvagens da América e do Velho Mundo africano e asiático, variando, no entanto, muito a imitação da *lexis* e o efeito de *evidentia* ou *enargeia* produzido nos discursos em que ela comparece, como veremos à frente.

João de Barros, ao reconhecer o efeito propriamente linguístico do contato de portugueses com povos falantes de outras línguas, diz ser a conquista e o comércio fatores determinantes da penetração de *verba peregrina* na língua portuguesa: “Básta saber que temos [vocábulos] latinos, arauigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem tiuemos comercio: assy como elles tem outros de nós” (BARROS, 1540, p. 4v). Por causa justamente do expansionismo imperialista português, João de Barros acaba por asseverar que nenhuma língua de reino europeu padece da enfermidade do barbarismo tanto quanto Portugal, pois as gentes da África, Ásia e Brasil, ao tentarem imitar o falar dos portugueses, estropiam-no de vária maneira, barbarizando-o, para além da adução ao português de suas bárbaras palavras:

Barbarismo, e uicio que se comete na escritura de cada hũa das partes, ou na pronũciaã. E em nenhũa parte da terra se comete mais esta figura da pronũciaã, que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao iugo de nosso seruiço. Por que bem como os gregos e Roma aquiã por bárbaras totalas outras nações estranhas a elles, por nam poderem formar sua lingua-gem: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, Asia Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa (BARROS, 1540, p. 34r).

Antes de João de Barros, Fernão de Oliveira referira pela primeira vez na história da gramática portuguesa a penetração de *verba peregrina* na língua, e como parece, à primeira vista, que teve uma atitude mais condescendente do que João de Barros frente aos estrangeirismos (LEITE, 2007), é preciso detenção e maior atenção nos vários passos de sua obra em que trata do barbarismo lexical. Primeiramente, declaremos que para Fernão de Oliveira, assim como para Antonio de Nebrija e João de Barros, a língua é companheira do Império e dela depende a unidade dos súditos encabeçados por um mesmo senhor. Em Fernão de Oliveira já se equaciona sem sombra de dúvida a relação entre língua e Estado monárquico, objeto de louvor em muitos diálogos sobre a defesa e ilustração das línguas vernaculares no século XVI: “porque a língua e a unidade dela (terra) he mui certo apelido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos” (OLIVEIRA, 1536, p. 4r). Essa mesma ideia é declarada sem reboços na ortografia de Pero de Magalhães de Gândavo, que, tendo lido Oliveira, concertou com este sobre ser a unidade da terra representada pela unidade da língua, tornando patente a unidade dos laços entre senhor e sujeitos: “Por ser a presente obra (muito alto e serenissimo senhor nosso) em defensão da lingua Portuguesa, e V. A. ter tanta razão de a honrar e engrandecer muito, pella professar e ser senhor da mesma nação [...]” (GÂNDAVO, 1574, “Prólogo”, p. 1).

Fernão de Oliveira sabe tão bem que a língua é companheira do Império que fala, assim como o fará João de Barros depois dele, por mais de uma vez, da complementaridade, atestada historicamente, entre o expansionismo bélico grego e romano e aquele propriamente linguístico que lhe é complementar: “Porque Greece e Roma so por isto ainda viuem: porque quando senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a ellas sogeytas aprender suas linguas” (OLIVEIRA, 1536, p. 4r). A referência ao expansionismo bifronte grego e

latino tem como finalidade promover o desejo lusitano de emulação, como fica claro no excerto que segue, em que se declara que cabe aos lusitanos menos ser ensinados de Roma do que ensinar os da Guiné, por exemplo, e demais gentes sujeitas ao Império português (declaração apenas possível porque os portugueses só podem ensinar os da Guiné, Índia e Brasil, porque aprenderam como fazê-lo pelo exemplo romano lido nos autores antigos): “porque melhor he que ensinemos a Guine ca sejamos ensinados de Roma” (OLIVEIRA, 1536, p. 4r).

O expansionismo bélico e linguístico é explicitamente mencionado logo no princípio da obra de Fernão de Oliveira, em que, ao relatar a paz em que se vive em Portugal, ufana-se da grandeza portuguesa pela conjunção das armas e letras: “assi em armas como em letras engrandecendo” (OLIVEIRA, 1536, p. 3v). É para justamente servir à otimização dessa conjunção entre armas e letras que se compõe a arte gramatical, pois é a ela que cabe o papel de ensinar a bem falar e escrever a própria língua (OLIVEIRA, 1536, p. 4v), companheira do Império, de que deriva a precisão de se alijar do reino qualquer outra língua que não aquela falada pelo senhor e súditos. Em passagem de sua obra, Fernão de Oliveira admoesta os portugueses para que se não detenham na ilustração de outras línguas que não a portuguesa – óbvia alusão ao uso do castelhano em ambientes cortesãos, no Reino (HUE, 2007), e aos muitos falares veiculares nas possessões de além-mar –, ao tempo em que relata o amor que as gentes nativas da África, Índia e Brasil tem aos seus portugueses, ou seja, aqueles que lá vivendo adotam os vernáculos estrangeiros, pondo de parte o português, o que reforça a correlação entre a presença da imposição linguística e o domínio colonial.

A escrita de uma arte gramatical serve, como em Antonio de Nebrija e João de Barros, para impor preceitos, palavra essa que em Fernão de Oliveira é reforçada pela adjunção de um outro vocábulo, “lei” – “he verdade que se não teueremos certa ley no proniciar das letras não pode auer certeza de preceitos: nem arte na lingua”, a despeito de saber que há variação devida à imersão da língua na história – “mas hia mesma nação et gente de hi tempo a outro muda as vozes et também as letras” (OLIVEIRA, 1536, p. 6r) –, variação essa que, no entanto, a arte ajuda a deter pela normatização que impõe, pois não se pode pensar, por exemplo, em ortografia – e metade da obra de Fernão de Oliveira é dedicada a essa parte da arte gramatical –, sem pensar ao mesmo tempo em “norma”².

Ao admitir vocábulos estrangeiros no português, porque se fazem precisos devido a novas artes, como a do prelo, ou à introdução de coisas antes desconhecidas, como o é a mandioca, os portugueses devem afeiçoar esses *verba peregrina* à sua própria língua (OLIVEIRA, 1536, p. 21r), mas no caso dos barbarismos advindos de nações culturalmente “bárbaras” como o eram as de África, Ásia e Brasil, os portugueses, ao tomarem-nos para si e ao adaptá-los à sua própria “consonância”, ao impor-lhes um outro pneuma³ (HANSEN, 2005, p. 33), de certa maneira humanizavam-nos, extirpando-lhes parte de sua barbaridade. Essa parasitação da palavra estrangeira pelo pneuma próprio da língua portuguesa estava em conformidade com o que Fernão de Oliveira declarara logo no princípio de sua obra a respeito das influências celestes e terrestres sobre as línguas: “Nas quaes (línguas) tem dominio as condições do çeo & terra em que viuem os homens/ vem que hũas gentes tomão suas vozes mays no papo como caldeus & arabigos & outras nações cortão vozes apressandosse mays em seu falar” (OLIVEIRA, 1536, p. 3r-v); entretanto, o falar dos portugueses, mais repousado, em que cada dição era pronunciada com distinção tanto *in verbis singulis* quanto *in verbis conjunctis*, na maior parte dos casos, acabava por amoldar as palavras peregrinas ao som dessa língua tão cheia de “polícia”, porque exercitada na conversação (*urbanitas*) e nos bons tratos e ofícios:

mas nos falamos com grande repouso como homens assentados: & não somente em cada voz per sy mas também no aiuntamento & no som da lingoagem pode auer primor ou falta antre nos: nam somente nestas mas em muitas outras cousas tem a nossa lingoa auantagem: porque ella e antiga ensinada prospera & bem cõuersada: & também exercitada em bos tratos & ofícios (OLIVEIRA, 1536, p. 3v).

Em Fernão de Oliveira, por conseguinte, aliam-se as doutrinas políticas do expansionismo militar e linguístico – preconizado ao seu tempo por outros letrados –, a rejeição às línguas estrangeiras no âmbito da soberania lusa, a estrita adoção de palavras peregrinas quando não fosse possível descartar-se delas, e, por fim, a parasitação dessas mesmas palavras pelo pneuma do português, do que se conclui que não encarava os estrangeirismos como vocábulos que enriqueciam sempre a língua e que deveriam ser adotados sem critério. As exceções são sempre grecismos e latinismos, pois o grego e o latim eram considerados à época línguas-mananciais de que dependia a

cópia do português em fase de consolidação como língua de um Estado monárquico em vias de centralização. Esse polimento do português por sua crescente proximidade com a língua latina devido aos crescentes empréstimos lexicais durante os séculos XVI e XVII é confirmado não só pela leitura de Fernão de Oliveira e João de Barros, mas também se nos apresenta no *Orthographia*⁴ de Pero de Magalhães de Gândavo e em seu *Diálogo* de defesa da língua portuguesa, apenso àquele. Inclusive, a latinização da nossa ortografia por sua etimologização é preceito em Pero de Magalhães Gandavo, como já dissemos, e condição para que ela se destaque entre os outros falares românicos, tornando-se crescentemente “singular”, ou seja, “distinta e apurada” :

por que quanto mais chegarmos ao latim estes et outros quaisquer vocabulos latinos que corruptamente vsamos guardando lhes fielmente sua orthografia, tanto sera nossa lingua mais polida, et ficara nesta parte mais singular et apurada que as outras (GÂNDAVO, 1574, s/n°).⁵

Se o barbarismo deve ser correntemente alijado, ele, no entanto, pode atender a determinados artificios artísticos só compreendidos de um ponto de vista estritamente pragmático, em que seu uso depende do *decus* específico do gênero em que é empregado. A própria noção de correção (*puritas*) varia de acordo com a propriedade do uso pragmático do barbarismo, seja ele de que tipo for. Desse modo, contrariamente a Sylvain Auroux, tem-se de pensar que a consciência linguística dessa correlação entre os “empregos pragmáticos” e a “correção” é condição do “domínio da enunciação”, dependente de pragmáticas coercitivas que atendem à *consuetudo*, o que, por outro lado, não quer dizer que a consciência dessa correlação pragmática dependa da existência, por necessidade, de uma gramática, tal como a conhecemos.

No entanto, não se pode esquecer que a gramatização de uma língua qualquer implica, ao mesmo tempo, sua descrição e sua instrumentalização à base “de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65), e que essa redução em arte de uma língua que até então se encontrava desprovida dela permite, por analogia, pensar que essa mesma redução em arte é condição de perfectibilidade do sistema linguístico descrito pela possibilidade de fazer uso dele em práticas letradas de origem europeia que colonizarão a língua

peregrina domesticando-lhe a “barbaridade”, como é o caso da parênese quinhentista em língua quíchua (MOREIRA, 2011), produzida a partir da gramatização dessa língua, que previa os mesmos graus elocutivos para os discursos de missionários em quíchua porque análogos dos europeus e pertencentes aos mesmos gêneros letrados cujo decoro imitavam.

A gramatização implica também a necessária alfabetização das línguas peregrinas, quando se estabelece o conjunto de “letras” de uma dada língua. Sylvain Auroux atentou, entre outros, a relação substitutiva possível entre “letra” e “fonema” – conceito este que só aparecerá no século XIX (AUROUX, 1992, p. 65) –, pois missionários que desempenharam o papel de gramáticos de línguas indígenas do Novo Mundo queixam-se tanto da falta de determinadas “letras” nas línguas que se propõem descrever⁶ quanto da presença de sons para os quais não há letras equivalentes no abecedário latino, o que implica criar o grafema faltante para o fonema correspondente⁷. Como as unidades morfêmicas podem apresentar muitas variantes em línguas desprovidas de arte gramatical e de uma cultura letrada, a redução de uma dada língua em arte normalmente se dá pela redução dessa variação pela seleção das variantes ajuizadas mais recorrentes ou mais prestigiosas (ANCHIETA, 1595, p. 1v). José de Anchieta, por exemplo, reconhece, no momento em que compõe sua gramática da língua mais usada na costa do Brasil, a existência de variantes morfêmicas concernentes à formação de determinados tempos verbais e apresenta dentre tantos exemplos o que segue: “Os Tupis de sam Vicente, que são além dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronúncia a vltima consoante no verbo afirmativo, vt pro Apâb, dizem Apâ, pro Acem, & Apen, Acê, Apê, pronúnciando o til somente, pro Aiúr, Aiú” (ANCHIETA, 1595, p. 1v). A exposição de variantes em sua gramática pode fazer pensar que José de Anchieta as compreende como substitutivas ou intercambiáveis, e, é claro, neutras quanto a qualquer valoração, especialmente quando enuncia em uma outra passagem também atinente à morfologia verbal:

Acrescentandose algũa particula depois da vltima consoante, em que se acaba o verbo, o qual se faz no futuro, do Indicatiuo, no Optatiuo, nos Prçteritos imperfeitos do Cõiunctiuo; ha algũa diferença na pronúnciação, & o vso de diversas partes do Brasil sera o melhor mestre (ANCHIETA, 1595, p. 1v).

Mas faz-se necessário não esquecer que os paradigmas completos, sob forma tabular, não apresentam as variantes morfológicas de que se fala quando, após uma dada categorização, se apresentam exemplos, o que implica a consolidação de um uso em escritos jesuítos compostos na língua geral fundado no emprego sistemático de uma única variante gramaticada e normatizada, pois não se pode duvidar que a tabulação implica aqui seleção e normatização. Os exemplos tabulares, dessa maneira, ilustram um princípio prosódico, morfológico ou sintático, tornam-no uma atualização de performance, e, nesse sentido, materializam a virtualidade que é supostamente o sistema circunscrevendo o alcance de suas desejadas atualizações. O empreendimento de José de Anchieta assim como o de seus contemporâneos e sucessores, pertencentes às mais diversas ordens religiosas, no labor missionário de composição de gramáticas de línguas indígenas com vistas a catequizar os silvícolas, empreende, por meio de intervenções tecnológicas, como gramáticas e dicionários, a paulatina supressão em escritos da liberdade de variação linguística, pois, para ele, as discontinuidades dialetais que afetavam essencialmente traços que não se recobriam eram muito claras. A gramática da língua geral de José de Anchieta, desse modo, dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuravam juntas na competência de nenhum locutor do tupi em meados do século XVI. Desse modo, pode-se concordar com Sylvain Auroux quando assevera:

Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa –, e em grande parte graças a ela, constituíram-se espaços/tempos de comunicação cujas dimensões e homogeneidade são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática (AUROUX, 1992, p. 71).

A representação de caracteres pela *lexis*

No *Retórica a Herênio*, tratado que por muito tempo foi atribuído a Cícero, ao definir-se, logo no princípio, as partes de que é composto o discurso, independentemente dos gêneros a que ele possa pertencer, circunscreve-se o sentido de “elocução” ao que segue: “Elocutio est idoneorum verborum et sententiarum ad inventionem adcommodatio” (CICERUS, 1989, p. 6). Como se lê, a elocução é a conformidade ou conveniência (*adcommodatio*) das palavras (*verborum*) e das sentenças/orações (*sententiarum*) à invenção, enten-

doendo-se, por conseguinte, que respeita aos *verba singula* e também aos *verba conjuncta*.

No campo da poética, a “conveniência” ou “conformidade” de palavras e sentenças deve ser observada quando, por exemplo, ao se propor a figuração de um caractere, as palavras deste derem a “conhecer alguma propensão” (ARISTÓTELES, 1986, p. 123); se a propensão, evidente nas palavras e sentenças convenientes (*idoneae*), for boa, como no-lo ensina Aristóteles, “é bom o carácter” (ARISTÓTELES, 1986, p. 123). Mas a figuração do caractere, operada por meio da aplicação de tópicos retóricos na composição, prevê uma “bondade” possível “em todas as categorias de pessoas” (ARISTÓTELES, 1986, p. 123), categorias essas especificadas em conformidade com lugares-comuns políticos e não apenas retóricos ou oratórios. Os tópicos epidíticos podem ser aqueles ditos “externos” (educação, por exemplo, já que um homem educado se expressa diferentemente de um outro que não a possui no mesmo grau), empregados conjuntamente ou não com aqueles outros ditos internos, pertencentes ao ânimo (inteligência, engenho, que modelam de modo diferenciado a fala tanto in *verbis singulis* quanto in *verbis conjunctis*). Outros tópicos modelizam a fala dos caracteres, como “idade” (criança, velho), “sexo” (homem, mulher) e “condição social” (livre, escravo, senhor, servo).

Aristóteles, no terceiro livro da *Retórica*, lembra-nos que a ornamentação do discurso é mais apropriada à poesia do que à prosa, mas mesmo naquela é preciso observar que “se uma expressão elevada for empregada por um escravo ou por um homem jovem, ou usada respeitante à matéria desimportante, será dificilmente tida como apropriada” (ARISTÓTELES, 1994, p. 352-353). Os tópicos modelizadores de *verba* e *sententiae* são, como se disse acima, ao mesmo tempo lugares-comuns políticos, como se pode observar pelo entrecruzamento de seção da *Poética* com seção de *A Política*. No octagésimo terceiro parágrafo da *Poética*, após asseverar que a bondade é possível em toda categoria de pessoas, Aristóteles minudencia o seguinte: “com efeito, há uma bondade de mulher e uma bondade de escravo, se bem que o [carácter de mulher] seja inferior, e o [de escravo], genericamente insignificante” (ARISTÓTELES, 1986, p. 123). Essa referência às qualidades distintas da bondade, a depender de ela ser a de uma mulher ou a de um escravo, atualiza distinção presente n’ *A Política* (ARISTÓTELES, 1990, p. 4-5), em que se opõe, primeiramente, o homem à mulher, e o homem livre ao escravo, estabelecendo-se, desse

modo, uma natural hierarquia, expressa também simbolicamente na *sententia*, compreendida também como a “fala” dos caracteres. Essa diferença entre homem e mulher, evidente em sua figuração poética por meio de sua distinta “predicação” evidente na *sententia*, é denominada por Aristóteles “conveniência”, sendo conveniente que um homem seja viril, mas não à mulher, o que implica, pela reversão do preceito, a necessidade de se evitar a inconveniência de um varão efeminado no falar. Ainda ao discorrer sobre a “verossimilhança” e a “necessidade” em sua relação com os *verba* e as *sententiae*, Aristóteles nos diz:

Tanto na representação dos caracteres como no entrecho das acções, importa procurar sempre a verossimilhança e a necessidade; por isso, as palavras e os actos de um personagem de certo carácter devem justificar-se por sua verossimilhança e necessidade, tal como nos mitos os sucessos de acção para acção (ARISTÓTELES, 1986, p. 124).

A figuração dos caracteres, por meio da aplicação de procedimentos, sobretudo, elocutivos, remete, por seu turno, à noção de “verossimilhança”, em que está implicada aquela de “conveniência”. Em um dos muitos comentaristas de Aristóteles do século XVII, Jules de Mesnardière, deparamo-nos com uma clara apresentação do que seria a verossimilhança no drama e na poesia em geral: produzindo-a pela aplicação de tópicos os mais variados na figuração do caractere, lembra-nos que essa aplicação se respalda em preconceitos ou lugares-comuns opinativos partilhados por determinados auditórios. Sua prescrição do que deve ser no drama um rei, ou uma rainha, um espanhol, ou um italiano, atualiza lugares-comuns opinativos dominantes em seu tempo e, por derivação, produz a verossimilhança do representado:

un Roy qui paroist au Théâtre, doit estre si courageux qu'il n'apprehende aucun danger, & ne treuve rien d'impossible à la force de ses armes légitimemet occupées. Il doit estre si prudent, qu'il n'ait iamais aucun sujet de rétracter ses iugements, ni d'en condamner les succès. Il doit estre si liberal, qu'il fasse épreuver à ses peuples qu'il est le dispensateur, & non pas le voleur public des richesses de son Etat. Enfin il doit estre si bon, qu'il vive avec ses sujets comme il eût voulu que le Prince eût traité lui-mesme, s'il eût été homme privé (MESNARDIÈRE, 1639, p. 120).

No *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra, há um poema cujo *incipit* é “Arre lá c’o Aricobé,” e cuja didascália⁸ lê: “Celebra a carreira que deu um caboclo a um sujeito, que achou com uma negrinha Angola, com quem ele falava”⁹. Trata-se de um vitupério que encena um caboclo, ou seja, um homem que tinha nas veias o afamado sangue de tatu, e que flagra sua negra ou uma negra com quem dorme a divertir-se com outrem. A encenação dos caracteres, no poema, se dá pela adoção do modo misto, pois a *persona* satírica põe as personagens, em várias das estrofes que compõem o poema, a dialogar, substituindo o modo de enunciação em terceira pessoa, de que também se vale, por aquele outro em primeira pessoa, que incrementa a *evidentia* da representação. Uma parte significativa da representação risível dos caracteres se dá pela imitação de sua fala, pois, quando dos trechos compostos pela enunciação em primeira pessoa, a *persona* satírica, conhecedora da doutrina retórico-gramatical sobre o barbarismo, vale-se sistematicamente dela para produzir a *lexis* tanto do caboclo de sangue sujo, que mistura *verba* de origem tupi àqueles propriamente portugueses, a par do estropiamento da estrutura sintática, cometendo, desse modo, o solecismo. Observe-se, por exemplo, na oitava estrofe do poema, a passagem do modo narrativo para o modo imitativo, quando a voz da *persona* satírica é substituída por aquela do caráter de um tipo, quando principia então o solecismo próprio do mal falar do caboclo:

8

Este gostinho roubou
o Tatu do Carapai,
pois sem dançar o chegai,
no pobrezinho chegou:
porque logo que os achou
um de lá, outro de cá,
disse a ambos *arre lá,*
na minha casa, velhaca,
vos tira cá o meu faca,
minha comer catucá.

O emprego do solecismo, da palavra peregrina e dos barbarismos prosódicos encontra sua síntese, contudo, na estrofe subsequente, quando a *persona* satírica põe a negrinha angola a falar, temerosa do que o caboclo cornudo lhe possa fazer. Novamente, misturam-se dois

modos de representação, estando a palavra ora com a *persona* satírica, ora com o caráter; quando este se põe a falar, é que se empregam os barbarismos sintáticos – quando as palavras sequenciadas na cadeia sintagmática não permitem por sua natureza a justaposição (“Paí na matá, a lá lá, / aqui sá tu mangalá,”) –, lexicais – emprego tanto de tupinismos, como *paí*, ou de palavras de origem congolanga, como *inguizolo* ou *mavundo* – e fonológico – *mangalá*, por exemplo, por *mangará*:

9

A negra, que nisto estava,
já que fazer não sabia,
porque se de um gosto ria,
também de um susto chorava:
desta maneira gritava
“Paí na matá, a lá lá,
aqui sá tu mangalá,
saiba Deus, e todo o mundo,
que me inguizolo mavundo
mazanha, mavunga, e má.”

A imitação de *êthe* ou caracteres por meio da *lexis*, sejam eles elevados ou vis, era doutrina, como já o dissemos, de base aristotélica, e muito corrente nas preceptivas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Alessandro Lionardo Salviati, em seu famoso *Dialogi*, explicita a dupla possibilidade da imitação, ora atualizada por meio da ação, ora por meio da fala ou *lexis*:

Et imitare non è altro che seguire gli effetti delle cose, Et ottimamente conoscerli, Et osseruarli, et bisognando, sapere ritrarli, Et questo poi accomodare al proposito secondo i luoghi, e i tempi opportuni, ò in parlamento, ò in attione (SALVIATI, 1554, p. 11).

No que concerne à *lexis*, Alessandro Lionardo Salviati assevera que a simples fala não diferencia o homem dos outros animais, mas que é sim próprio do homem um falar razoável e sentencioso, em que o *logos* ou a *ratio* se tornem patentes:

Né si puo dir che l’huomo é diferente dalle bestie solamente perche parli, ma perche solo sa ritrouar cose ragioneuole Et ragionauolmente operare. Et quella oratione, ò ragionamento che è uano, ancora

che egli sia composto, Et tessuto di belle, uaghe, Et ornate parole, non percio si potrà dire degno di huomo, nè ragioneuole, ma si bene se sia sentencioso, Et pieno d'esperienza, et d'el arte, et di dottrina; essendo il parlare un' imagine, et un simulacro dell'animo, et di tutte le operationi, di tutti i pensamenti pur' indicio, et argomento, ma quase uiuo ritratto, et prudentissimo duce (SALVIATI, 1554, p. 12).

No poema ora sob análise, a *persona* satírica empreende uma reflexão sobre a voz humana, em que está implícita uma questão que se propôs, três séculos e meio depois, Giorgio Agamben (AGANBEN, 2005, p. 10): existe uma diferença entre a voz humana e a linguagem, ou, mais precisamente, há uma diferença entre *phoné* e *logos*? Segundo Alessandro Lionardo Salviati e outros preceptistas quinhentistas, como Benedetto Varchi (VARCHI, 1590), por exemplo, a *phoné* deve ser expressão de *cose ragionevole*, não se a concebendo, portanto, como propriamente humana a não ser como condição de expressão da *ratio* ou do *logos*. Uma expressão, no entanto, sintaticamente bárbara torna evidente a carência do ser razoável, patente na ausência da *ratio* que deveria ordenar os *verba*, contudo, desordenados. Como a inserção de *verba peregrina* nos sintagmas acentua o desentendimento, pois apenas seu aspecto sonoro é percebido pelos ouvintes ou leitores que sabem somente o português, a *phoné* ganha desse modo preeminência frente ao *logos*, e, muita vez, o elide por completo, apresentando-se a *lexis* dos caracteres como um ruído animal, como o fretenir da cigarra ou o mugir dos bois. Como os poemas satíricos eram lidos, na Colônia, sobretudo em voz alta (HANSEN, 1989; MOREIRA, 2011), o aspecto fônico sobressai e é a estranheza de parte da massa sonora, que se não reconhece como signo linguístico, o que causa o ser ela interpretada como pura *phoné*. Desse modo, a paradoxal *lexis* bárbara de *êthe* como o caboclo e a negrinha angola figura a falta de razão, e, por patentear a bestialidade tanto dos sujeitos de sangue índio quanto de escravos africanos, justifica a hierarquia do Estado monárquico e o domínio luso de terras americanas e também daquelas de África, donde as “peças” eram trazidas para o Novo Mundo a fim de abastecer de mão-de-obra as lavouras canavieiras.

ABSTRACT

This paper aims at demonstrating how the barbarolexis, whose doctrine can be traced back to Aristotle, is ingeniously employed in 17th century City of Bahia by the poet Gregório de Matos e Guerra to represent vulgar *éthe* whose character is evicend by their faulty speech. In the poem chosen by us as object of analysis the poet composes a mixture of African, Indian and Portuguese words, a monstrous *lexis* which present a very low *perspicuitas* or intelligibility, effect searched artistically, because it is the evidence of the barbarian character of the utterer. The amass of barbarian words contributes to the exponential power of the phone, main object of representation by the poet.

KEY-WORDS: Gregório de Matos e Guerra - satire - epideictic rhetoric - lexis - barbarian words.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história*. Destrução da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antônio de Mariz, 1595.

ANCHIETA, Joseph de. *Epistola*. Quamplurimarum rerum naturalium quae S. Vincentii (nunc S. Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem. Olisipone (Lisboa): Typis Academiae, 1799.

ANCHIETA, José de. *Cartas inéditas*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Edição Comemorativa do 4º Centenário. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

ARISTOTLE. *Politics*. With an english translation of H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1990.

ARISTOTLE. *Art of rhetoric*. With an english translation by John Henry Freese. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1994.

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Apud Lodouicum Rotorigii Typographum, 1540.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Livraria Bertrand, 1978.
- CICERUS, Marcus Tullius. *Ad Herennium*. Cambridge / London: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1989.
- DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1781.
- GAMA, José Basílio da. *O Uraguai*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1769.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Segue-se um diálogo em defesa da língua portuguesa sobre a qual tem disputa um português com um castelhano, onde por se tratar desta matéria usa cada um de sua linguagem na maneira seguinte*. Lisboa: Antônio Gonsalves, 1574.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, com um diálogo em que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Antônio Gonsalves, 1574.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Antônio Gonsalves, 1576.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa com um diálogo que adelante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Belchior Rodrigues, 1590.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tractado da terra do Brasil no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes feita por Pero de Magalhães*. Manuscrito, 47 f., 1601.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HANSEN, João Adolfo. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, Lúcia Helena. *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, pp. 15-43.
- HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan. *Multiclássicos épicos*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2008, p. 17-91.
- HUE, Sheila. *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2007.
- ISER, Wolfgang. Talk like Whales: A reply to Stanley Fish. *Diacritics*, vol. 11, n° 3, p. 82-87, 1981.
- LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa. Uso & norma*. São Paulo: Humanitas / Paulistana, 2007.

MAMIANI, Luís Vincêncio. *Catecismo da doutrina cristã na língua brasilica da nação kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1698.

MESNARDIÈRE, Jules de la. *La poétique*. Paris: Antoine de Sommerville, 1639.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2001.

MOREIRA, Marcello. Algaravia: o uso da palavra peregrina e do solecismo na representação de caracteres e de sua fala na sátira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. *Estudos da Língua(gem)*, vol. 9, n. 2, p. 139-188, 2011.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. 1536.

PIPER, Anson C. Jorge Ferreira de Vasconcelos: Defender of the portuguese vernacular. *Hispania*, vol. 37, n. 4, p. 400-405. 1954.

QUINTILIANUS, Marcus Fabius. *Institutio oratoria*. With an english translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1963, vol. I.

SALVIATI, Alessandro. *Dialogi di messer Alessandro Salviati dela inventione poetica*. Venetia: Plinio Pietrasanta, 1554.

VARCHI, Benedetto. *Lezzione di M. Benedetto Varchi [...] sopra materie poetiche e filosofiche*. Firenze: Filippo Giunti, 1590.

WILLIAMS, Edwin B. Dialogo e defensam da lingua portuguesa. In: *PMLA*, vol. 51, n. 3, p. 636-642, 1936.

NOTAS

¹ Quintiliano, no *Institutio Oratoria*, ao referir os tipos de *verbum singulum*, menciona, a par dos latinos [*nostra*], os peregrinos [*peregrina*], valorizando, é óbvio, a *latinitas*, e, desse modo, circunscrevendo os casos de emprego dos vocábulos peregrinos. O inteiro parágrafo (QUINTILIANUS, 1963, vol. I, I, IV, 3, p. 78) é como segue: “Singula sunt aut nostra aut peregrina, aut simplicia aut composita, aut propria aut translata, aut usitata aut ficta” (Palavras individuais são ou nativas ou estrangeiras, simples ou compostas, próprias ou translatas, de uso corrente ou recentemente cunhadas). O barbarismo também era considerado um vício no *Ad Herennium*, texto usado por Quintiliano quando

da composição do *Institutio Oratoria*. Naquele se lê: “O barbarismo ocorre se a expressão verbal é viciosa/incorrecta” (CICERUS, 1989, p. 270).

² A normatização da escrita pela imposição ao português de uma ortografia de base etimológica torna-se proposta central e de aplicação sistemática na ortografia de Pero de Magalhães de Gândavo, em que as distinções de sentido em dições homófonas se evidenciam pelo recurso ao reconhecimento de sua origem latina: “Mas ainda que isto assi pareça, nem por isso terão licença de pôr c, em lugar de s, nem s, em lugar de z, nem z, em lugar de s, nem s em lugar de c, porque na verdade seria corromperem a verdadeira pronunciação dos vocabulos, & muitas vezes significar hũa cousa por outra, assi como, passos que se escrevem com dous ss, quando significão os que se dão com os pês, & paços quando se entendem pelas casas reaes com c” (GÂNDAVO, 1574, s/nº), “De como se ha de fazer/ defferença na pronunciação de al-/gũas letras em que muitas pessoas/ se costumão enganar”).

³ João Adolfo Hansen, em seu estudo da poesia anchietana, forja o conceito “pneuma”, para, a partir dele, compreender o processo de captura da língua tupi pelos padres da Companhia, que a aculturam não apenas linguisticamente: “Praticamente, ao trazer a língua tupi para o círculo hermenêutico cristão, Anchieta a captura com a luz do verbo refletida na sua escrita. Metrifcar o tupi com a redondilha menor medieval impõe uma acentuação, um ritmo e a forma de uma respiração europeia que o aculturam. Rimar o tupi submete a língua do indígena a um sistema musical de equivalências relacionadas ao princípio de similitude e, portanto, ao princípio metafísico de identidade, Deus” (HANSEN, 2005, p. 33).

⁴ A derivação dos vocábulos portugueses do latim falado na Lusitânia é condição para que o português exija para si foros de excelência como língua de uma monarquia em fase de centralização: “nossa lingua foy inuentada como forão as outras linguas: E se algũa nesta parte a fauoreceo foy a Latina, da qual todos estes nossos vocabulos, ou a mayor parte deles trazem sua origem”, excerto a ser complementado pelo seguinte: “Pues como la lengua Latina sea madre de las otras lenguas, y mas copiosa y excelente de todas quantas hay (como sabemos) aquella que mas semejate y propinqua fuere a ella, essa será mejor y mas singular que las otras” (GANDAVO, 1574, sem numeração de página no original). Cf. edição do *Diálogo* preparada por Edwin B. Williams (WILLIAMS, 1936, p. 636-642).

⁵ Jorge Ferreira de Vasconcelos foi outro autor português engajado na defesa da língua portuguesa, sobretudo face ao avanço do castelhano como língua literária e cortesã (Ver PIPER, 1954, p. 400-405).

⁶ José de Anchieta, logo no primeiro capítulo de sua gramática, ao falar das

letras, assevera que na língua mais usada na costa do Brasil não há “f, l, s, z, rr dobrado, nem muta com líquida, vt cra, pra, &t.” (Ver ANCHIETA, 1595, p. 1).

⁷ Luís Vincêncio Mamiani, em seu catecismo na língua brasilica da nação kiriri, ao falar do dificultoso assunto que é pôr em arte essa língua e nela compor textos escritos, especifica ser o dificultoso assunto estabelecer correlações exatas entre letra e som: “Chamei dificultoso assunto, porque he bem embarçada esta língua assim na pronunçiação, como nas suas frases, que os mesmos nossos Religiosos bons línguas, nunca concordarão no modo, com que se houvessem de escrever, &t pronunciar muitos vocábulos” (Ver MAMIANI, 1698, p. 2).

⁸ Wolfgang Iser, em uma réplica a críticas de Stanley Fish publicada em *Diacritics*, ao distinguir um texto ficcional de um texto documental, assevera que o texto documental, contrariamente ao texto poético, que “has no reference outside itself”, tem uma realidade que, conquanto não possa ser verificada, é, pelo menos, “referable”: “This does not mean that the documentary description can be absolutely verified - it merely means that its reality is referable” (ISER, 1981, p. 85). É preciso pensar, a partir dessa declaração iseriana, no papel desempenhado pelas didascálias e pela *Vida* na produção de extensos protocolos de leitura, que fictamente produzem um conjunto de remissões a eventos e personagens históricas, que, figuradas epiditicamente como caracteres, tornam-se, por sua aparente individualização devida à aposição de nome próprio à caracterização, um verossímil cuja probabilidade se funda justamente em ser de tipo “referable”, por paradoxal que isso possa parecer.

⁹ As remissões ao texto e à didascália são da edição em cinco volumes do *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra, que se encontra no prelo, organizada por João Adolfo Hansen e por mim, e patrocinada pela Cadeira de Literatura Brasileira da USP e pelo grupo Autêntica. *Códice Asensio-Cunha*, vol. 3, composição de número 75.

Recebido em: 31/05/2013.

Aceito em: 31/07/2013.